

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NA INFÂNCIA OCASIONADO PELA
EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA NA ADOÇÃO¹**
**PROCESSES OF SUBJECTIVATION IN CHILDHOOD CAUSED BY THE
EXPERIENCE DEVELOPED IN ADOPTION**

Bruna RODRIGUES ²

Haysla Bianca Santos HOTT ³

Maria Alice da Fonseca SILVA ⁴

Resumo:

Este artigo resulta de um estudo teórico, cujo objetivo foi compreender os processos de subjetivação de crianças que vivenciam o processo de adoção. Foi utilizada como proposta metodológica uma pesquisa bibliográfica, priorizando-se discussões relacionadas à subjetividade da criança frente à adoção. Assim, os principais descritores foram subjetivação, adoção, conceito de infância, criança e experiência no processo da adoção, a partir das bases científicas como: Scielo, Revista Psicologia, Repositório UFU, PUC MINAS, Universidade Digital, e EccoS. As principais discussões sugerem que a criança exerça as suas potências a partir de suas interações nos diferentes meios nos quais convive, podendo assim compreender a construção de sua subjetividade frente a esta experiência, como uma criança adotada. A partir deste contexto é possível concluir que, cada criança possui sua subjetividade que irá determinar como enfrentará a experiência da adoção, podendo haver aspectos negativos e positivos, como também autonomia para ressignificar este processo.

Palavras-chave: Subjetivação; Adoção; Infância; Experiência; Criança.

Abstract:

This article is the result of a theoretical study, the objective of which was to understand the subjectivation processes of children who experience the adoption process. A bibliographical research was used as a methodological proposal, prioritizing discussions related to the child's subjectivity in relation to adoption. Thus, the main descriptors were subjectivation, adoption, concept of childhood, child and experience in the adoption process, based on scientific bases such as: Scielo, Revista Psicologia, UFU Repository, PUC MINAS, Universidade Digital, and EccoS. The main discussions suggest that the child exercises his powers based on his interactions in the different environments in which he lives, thus being able to understand the construction of his subjectivity in the face of this experience, as an adopted child. From this context, it is possible to conclude that each child has their own subjectivity that will determine how they will face the adoption experience, and there may be negative and positive aspects, as well as autonomy to give new meaning to this process.

Key words: Subjectivation; Adoption; Infancy; Experience; Child.

¹ Projeto de conclusão de curso apresentado ao curso de Psicologia da Faminas-BH, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia. Orientado pela professora. Dra. Fabíola Fernanda do Patrocínio Alves.

² Graduanda de Psicologia pela Faculdade Faminas BH – *bruna.rodrigues.201415@gmail.com*

³ Graduanda de Psicologia pela Faculdade Faminas BH – *haysla_hott@hotmail.com*

⁴ Graduanda de Psicologia pela Faculdade Faminas BH – *mariaalicee.fonseca@gmail.com*

1 Introdução

A nossa motivação para com o tema escolhido, “experiência da adoção na infância”, partiu do fato de ser um tema de extrema importância no contexto social atual. Além disso, durante o nosso curso houve matérias relacionadas à infância que nos inspirou a pesquisar para compreender a subjetividade da criança no processo de adoção, que é uma jornada sensível e complexa para uma criança. Dentro desse cenário, a motivação pessoal se deu pelo fato de umas das autoras conviver e trabalhar com crianças em uma instituição na qual teve o privilégio de acompanhar de perto o processo de adoção com algumas crianças. Tais adoções mostraram desde as dificuldades das crianças se encaixarem em um sistema familiar novo, até suas pequenas vitórias e conquistas como, criar respeito pelos seus novos pais. Sendo assim, as autoras consideraram a relevância desse tema.

Diante das motivações apresentadas, o objetivo do presente artigo é, compreender os processos de subjetivação de crianças que vivenciam o processo de adoção. A partir disso, consideramos os seguintes objetivos específicos: compreender o conceito de infância; analisar a experiência da adoção; problematizar as repercussões da experiência de adoção na subjetividade das crianças. Dessa maneira, o artigo está todo embasado em responder a seguinte problemática: “como a experiência da adoção repercute nos processos de subjetivação das crianças?”. Acreditamos que se faz importante a pesquisa do referido tema, pois traz consigo reflexões que geralmente são reduzidas a um público específico, considerando assim, a importância de levar este conhecimento à sociedade de maneira geral.

O tema abordado neste projeto revisita a experiência subjetiva de crianças em situação de abandono, como também as condições psicológicas da infância decorrentes deste processo. O artigo irá fazer “uma viagem” com vocês leitores, visando que sejam capazes de conseguir compreender brevemente o contexto histórico sobre infância, a experiência da adoção e problematizar a subjetividade da criança neste processo de adoção. Com isto, acreditamos que após ler sairá com um novo olhar sobre as crianças e o processo de adoção. Afinal, você já parou para escutar uma criança e valorizar o que ela traz, como também o que ela sente?

Para o desenvolvimento da nossa argumentação, o artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente na sessão dois apresentaremos dados sobre a metodologia. Conseqüentemente, destacaremos a sessão três, que apresentará uma

breve contextualização a respeito da infância; a quarta seção, na qual será discutida a experiência da adoção; e sessão cinco, que se propõe a problematizar a produção de subjetividade da criança frente a vivência da adoção. Por fim, serão apresentadas as considerações finais do estudo e as referências bibliográficas utilizadas.

2 Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo foi a pesquisa bibliográfica, contribuindo na busca de informações detalhadas, com enfoque voltado para a experiência de crianças que passa pelo processo da adoção, sua singularidade e o seu processo de subjetivação. Nesse intuito, a pesquisa bibliográfica pode ser entendida como um levantamento e uma revisão de trabalhos já publicados sobre a teoria que orienta o trabalho científico realizado, no qual requer dedicação e pesquisa, para coletar e analisar textos publicados em suporte ao trabalho que está sendo redigido (SOUZA; OLIVEIRA; ALVES, 2021).

Lima e Mito (2007) contribuem afirmando que a pesquisa bibliográfica é sempre utilizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo. De acordo com Souza, Oliveira e Alves (2021), a pesquisa científica inicia-se com a pesquisa bibliográfica, na qual o foco do pesquisador é buscar trabalhos já publicados que sejam relevantes para a compreensão e análise do objeto da pesquisa a ser realizada, permitindo compreender melhor o fenômeno em estudo.

Adotamos também a estratégia de pesquisa exploratória, utilizada durante a fase de planejamento da pesquisa, cujo objetivo é familiarizar-se com o fenômeno que vamos abordar para que o estudo principal possa ser melhor compreendido. A pesquisa exploratória permite que os pesquisadores consigam definir as questões de pesquisa e formular hipóteses com mais exatidão. Também permite escolher a técnica mais adequada para a pesquisa e decidir quais questões requerem maior ênfase e investigação detalhada, podendo alertar os autores sobre possíveis áreas de dificuldade, sensibilidade e resistência (PIOVESAN; TEMPORINI, 2003).

Compreendendo a maneira que a pesquisa bibliográfica e exploratória se aplica, utilizamos como ferramentas e referências para análise e construção deste artigo um número extenso de artigos científicos, dissertações, livros. Dentre eles

recorremos ao total de vinte e sete referenciais bibliográficos, para nos aprofundarmos em todo o contexto que permeia o tema.

Seguindo a elaboração da pesquisa e todo o percurso feito, trabalhamos com o auxílio dos seguintes descritores: criança; infância; adoção; experiência e subjetividade, em periódicos eletrônicos como, Revista Contemporânea, Scielo, PUC Minas, U.Porto – Repositório Aberto, Repositório UFU, FUCAMP, UFMS e entre outros. A partir de todos os artigos científicos e textos que utilizamos, os critérios que utilizamos na separação desses materiais para a elaboração do artigo, foram textos voltados para a história da infância, para a experiência das crianças que passam por esse processo, a subjetivação dessas crianças, as diversas maneiras da adoção. Os critérios de exclusão foram crianças institucionalizadas, adolescentes em processo de adoção, adultos que já passaram pelo processo de adoção e impacto na vida pós a fase da infância.

Para o artigo foi utilizado o total de trinta e um materiais, incluindo artigos científicos e livros que nos auxiliaram na construção do mesmo. Os materiais usados foram a partir do ano de 2003 até o ano de 2022, sendo todos de língua portuguesa. Contudo, os pontos que decidimos trabalhar na elaboração do projeto, foi essencial para que pudéssemos entender e responder da forma mais clara possível a problemática que o tema traz consigo, englobando pontos de vista necessários para compreender todo o processo de adoção, as suas limitações, pontos fortes e fracos e não somente o raso de um tema com uma amplitude imensa.

3 Apenas porque eu não posso vê-la, não significa que eu não posso acreditar – infância, uma potência

Existem certas questões que, nos fazem perder a esperança a ponto de não conseguir vê-las, – como a infância sendo uma grande potência – mas isso não nos faz deixar de acreditar. Iremos ver nesta sessão que, durante muitos séculos, o percurso da criança fora marcado pela discriminação e por sua insignificância. Desta maneira, é notório a riqueza e a subjetividade que a infância carrega consigo, sendo como um universo tão singular ao qual, vários autores entregam-se a escreverem na busca de compreendê-la da melhor maneira. Carrara e Souza (2018) nos traz uma reflexão indispensável de entender a infância em seus modos de ser, pensar, estar e

agir, e não apenas como uma fase da vida do ser humano. Assim, é valioso entendermos como as construções do conceito de 'criança' interagem entre si, desconstruindo, desta forma, a ideia de uma infância singular e homogênea, e aderindo à ideia da infância como uma potência (TOMÁS, 2015). Esta sessão não irá aprofundar em todo o contexto histórico da construção do conceito de criança, já que não é o propósito deste trabalho, mas irá trazer de maneira sucinta e rica a compreensão do conceito de infância com alguns de seus principais marcos.

Santos e Molina (2019) nos afirma que a infância é o resultado das mutações sociais constituídas ao longo de toda história. Sendo assim, para entendermos o conceito de infância é necessário explicar quais foram as principais transformações que aconteceram ao longo da história. Não havia uma concepção de infância e nem se via um espaço para tal discussão na Idade Média, tendo em vista que no século XII não constavam crianças nas criações artísticas (CECCIM; PALOMBINI, 2009). Isso se deu devido à forma com que as mesmas eram vistas e tratadas na sociedade, ou seja, como adultos em miniaturas e não eram nem mesmo consideradas como adulto em potencial ou em crescimento; naquela época não havia uma imagem social para a criança e não se davam importância para suas características particulares.

É a partir do século XVII, com o advento da modernidade caracterizada pelo capitalismo, pelo desenvolvimento comercial e pelo surgimento de novos modelos sociais da família e do indivíduo, que alguns pensadores começaram a refletir sobre a educação das crianças, descrevendo desta forma a existência da infância (SANTOS; MOLINA, 2019). É durante este século que o objetivo do governo passa a ser a população, o que fez com que ele empenhasse em adestrar os corpos e torná-los úteis, assegurando sua incorporação em sistemas de controles eficazes e econômicos. As crianças passam a fazer parte destas ações e elas agora não são vistas como "homens em miniaturas" e sim como objeto de operações políticas, no qual criam uma narrativa de assegurar não apenas a ilusão da inocência, mas sobretudo inseri-las em programas de controle e regulação (BUJES, 2014).

É precisamente a respeito do século XVIII que, Foucault discute e faz um aprofundamento na compreensão de que a criança é um sujeito produzido no interior de articulações de poder/saber (como vimos no parágrafo anterior), que as constitui como "cidadãos", a partir de comportamento de controle visando governar

suas condutas. Desta maneira, Bujes (2014) nos mostra inclusive que Foucault faz uma crítica a este sistema de controle afirmando que, o sujeito se constitui como um sujeito moral, ou seja, esse sujeito não obedece adequando-se simplesmente às regras e sim um sujeito que, na experiência, pode se envolver na construção de si, na forma em como se relaciona com todo esse sistema de controle, originando-se assim um novo olhar para a infância, que nos faz refletir no presente momento.

Bujes (2014), através do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNI Infantil (BRASIL, 1998) faz uma consideração interessante ao fato de considerar a escolarização infantil como um dispositivo, como uma maquinaria. Dispositivo este que possui uma estratégia de intervenção racional e organizada que pressupõe, a manipulação constante, executando tanto para potencializar determinados resultados quanto para objetar-se aqueles indesejados. Ou seja, esse dispositivo gera um sujeito que pode ser moldado conforme o querer e a necessidade de superiores, conduzidas predominantemente na ausência de ‘voz’ das crianças, com reforço do poder adulto e subordinação do grupo infantil, criando assim, identidades já definidas sem possível autenticidade da infância, refletindo uma construção social e políticas protecionistas. A experiência da infância foi vista por bastante tempo, concebendo as crianças como seres que ainda são incapazes, assujeitados às normas estabelecidas e alheios nas suas capacidades para desfrutar dos atributos de cidadania (CECCIM; PALOMBINI, 2009).

Santos e Molina (2019) nos mostra que o movimento do Iluminismo também foi responsável por propagar a infância, pois no século XIX, tem-se o conhecimento de que a necessidade psíquica da criança deveria ser atendida em função do que ela é, e não do que será, pois só assim ela se tornaria um participante construtivo em sua comunidade. É a partir do desenvolvimento da sociedade que a compreensão do conceito de infância passa a ser considerado um período imprecidível, e no Brasil, entre o início do século XIX ao início do século XX, é quando a representação infantil começa a ganhar maior atenção por meio de políticas para garantir os direitos de proteção da criança, começando assim, a enxergar a criança como um membro ativo do processo de aprendizagem e, portanto, um cidadão crítico e capaz de fazer a diferença na sociedade (CARRARA; SOUZA, 2018).

A Infância trata-se de um conceito complexo e multiforme. Sendo assim, neste trabalho, estamos considerando o termo infância/criança na atualidade, o que implica pensar nas crianças como seres ativos e não objetos de intervenção, considerando as experimentações de seu desenvolvimento em que pode exercer as suas potências em diversos ambientes com os quais interage. A construção de uma compreensão mais profunda sobre as crianças e a infância, contribuiu para o enfrentamento a saberes e poderes hegemônicas e algumas de suas concepções que ainda permanecem sobre a infância. (TOMÁS, 2015).

Compreendemos que a concepção de criança não existe e não se resume só pela faixa etária. A ideia de ser criança, de acordo com Ceccim e Palombi (2009, p. 308) “é aceitar a aventura de se compor com as aprendizagens, deixar seu corpo descobrir experiências, explorar ambientes, percursos e emoções”. Como também, através de suas experiências cognitivas e afetivas, conseguir extrair conhecimentos e vivências intensivas, podendo ser real e imaginário. Acreditamos na criança como um ator social e produtora da sua própria cultura, não só como um espaço que é de direito delas, mas de colocá-las em espaços planejados para elas, oferecendo novas possibilidades e sempre considerando as crianças em um lugar de diferentes sujeitos com especificidades, diferentes habilidades e identidades culturais (SOUZA; CARVALHO, 2022).

É importante ressaltarmos que a infância ainda ocupa o lugar dentro de parâmetros nos quais as crianças requerem proteção por terem menos maturidade/experiência e necessitar do auxílio de um adulto para sua formação. Isto quer dizer que a criança é resultado de um processo social e cultural, em que são socializadas neste processo construtivo e mutável, aprendendo as organizações de representação, os códigos das suas linguagens e culturas, o que as tornam culturalmente competentes para interagirem socialmente. Mas, isso não aniquila a percepção delas como autoras em constante desenvolvimento que detém opiniões e interpretações sobre si e o mundo, que é importante considerá-las sempre que são abordados assuntos que lhes digam respeito (TOMÁS, 2015).

A transformação social acerca da concepção de criança foi um processo muito lento. Atualmente, os adultos tendem a eliminar essa potencialidade da criança, nomeando-a e compreendendo suas ações e condutas segundo as grandes referências – como se fossem únicas e verdadeiras (CECCIM; PALOMBINI, 2009).

A esse respeito, Silva (2022) nos mostra que é preciso compreender as representações da infância e situá-las nas relações sociais, reconhecendo as crianças como fazedoras de sua própria história.

Para conseguirmos entender a subjetividade de uma criança frente a experiência do processo da adoção é necessário conceber as crianças como atores sociais e sujeitos protagonistas, mesmo que nos exija uma mudança de pensamento em relação a elas e à infância (SOUZA; CARVALHO, 2022).

Marcello (2015, p. 135) nos faz refletir que a infância é, “aquilo que sempre nos escapa, que inquieta o que sabemos, o que podemos e que coloca em xeque os lugares que construímos para ela”, ou seja, é pensar a infância como uma potência, como devir e não apenas uma etapa do ciclo vital. A autora nos convida a aceitar a aventura de se compor com as aprendizagens e experiências.

É importante entender o conceito, no qual acreditamos, dessa infância como devir, que é precisamente a criança conseguir exercer as suas potências a partir de suas integrações nos diferentes meios nos quais convive. Pensando com Marcello (2015) Devir-criança, a qual é a resistência ao biopoder, que se torna uma revolução pelo fim de todas as relações de alienação. É a criança que consegue cumprir sua autonomia e que “se sobressai em seus acessos de alegria, em sua curiosidade risonha, no bom-humor, e que é um movimento de dissolução das formas já criadas” (CECCIM; PALOMBINI, 2009, p. 308). Dizendo de outro modo, pensar sobre a infância, eticamente, nos coloca em uma posição imperativa de transformação. É com essa concepção de infância como potência que iremos analisar a experiência da adoção.

4 A experiência da adoção: diferentes olhares da vivência da adoção

Para iniciarmos esta seção é necessário entender o contexto por trás das experiências, das problemáticas e até mesmo das dificuldades que permeiam o processo de adoção. É importante pensarmos como se dá a adoção, as suas causas, o não pertencimento à família biológica e como o abandono possibilitar a construção de sentidos diferentes para cada indivíduo que passa por essa

experiência. Sendo assim, é possível ter diferentes olhares em relação à vivência da adoção.

Conforme sugere o Silva (2009), a adoção é um processo que se define pela aceitação espontânea de alguém como filho(a), existindo diversas maneiras de uma criança ser levada para adoção, sendo uma delas o abandono. Segundo Vargas (2013) o abandono pode ser definido como a perda do direito universal da criança de viver no seio de uma família que a ame, a proteja, a reconheça e a eduque. O modo como a criança compreende a sua vivência do abandono está relacionada às suas características pessoais e às situações em que se concederam a adoção. Além disso, é necessário levar em consideração suas experiências na família biológica, o momento no qual ocorreu a separação, a sua idade, o tempo que permaneceram em acolhimento institucional ou em outro ambiente que não seja em abrigos. Ressaltamos que como a criança vivência este abandono afeta a qualidade da interação estabelecida com os pais adotivos e a adaptação na nova família. Ou seja, os indivíduos adotados não vivenciam sua experiência da mesma forma.

As proposições de Silva (2009) nos possibilitam afirmar que a instituição familiar é classificada como o lugar mais importante para o desenvolvimento das crianças, porém o desamparo e a negligência também podem se instalar nesse ambiente. É importante considerar que existem também crianças que são afastadas dos pais como ato de amor. Desse modo, a criança pode ter sido desejada, planejada e, por diversos motivos, ter sido abandonada e, portanto, o abandono não retratar um não-desejo pela criança ou uma rejeição de seus pais, tratando assim de um abandono legal. Segundo Vargas (2013), esta forma de abandono caracteriza-se por proporcionar respeito ao desejo dos pais de não assumir o filho e oferecer à criança uma segunda chance de construir relações que terão impacto no seu desenvolvimento.

O ato de adotar se faz muito presente desde a antiguidade. A princípio, a sociedade associava o ato de adotar com gestos de caridade e beneficência, pois, famílias com condições financeiras inferiores tinham uma assistência de outras famílias com condições financeiras melhores e elevadas. Com isso, ainda nesse período usava-se muito o termo “filhos de criação” ou até mesmo “filhos de coração”, pois, era habitual ver dentro das casas das famílias os filhos do outros. (SILVA, 2009).

Vargas (2013) diz que na atualidade, a adoção é vista e entendida como solução para a crise da criança abandonada, ou seja, possibilitar uma família para uma criança que não tem, colocando como prioridade as crianças e os adolescentes. É possível observar que, por mais que a adoção seja vista como maneira de filiação, é mencionada como uma problemática. Considerando o contexto de uma sociedade que expressa de certa forma preconceitos em relação à adoção, priorizando laços de sangue, compreende-se que a adoção não é reconhecida e gera tais preconceitos, é importante ressaltar que até mesmo a legislação brasileira compartilha dessa forma de priorizar os laços de sangue, colocando o fator biológico em uma posição elevada em comparação às famílias adotantes. (SILVA, 2009).

A adoção é regulamentada pela Lei Nacional de Adoção (BRASIL, Lei nº 12.010 /2009), e visa estabelecer seus princípios na necessidade básica de todo ser humano, priorizando os interesses da criança e também do adolescente, muito mais que obedecer aos anseios dos requerentes à adoção. Pereira (2021) afirma que é dever do Estado e da sociedade não ficar atento apenas às necessidades básicas, como alimentação e moradia, mas também oferecer afeto, cuidado, segurança e promover o apoio necessário para que a criança se desenvolva. Porém, é visto que, na prática, todos esses princípios não têm sido observados e não tem a devida atenção que precisa, pois, o número de escolhas das famílias no momento da adoção é extenso, fazendo com que sejam levadas em consideração os interesses bem restritos das famílias e não os das crianças e adolescente que estão à espera da adoção. (SILVA, 2009).

Partindo do ponto de vista psicológico, podemos pensar que a adoção se fundamenta na premissa de que a integração a uma nova família irá proporcionar novos processos de subjetivação, a partir do estabelecimento de um relacionamento satisfatório com as novas figuras parentais. Os pais adotantes podem oferecer à criança uma base segura para o desenvolvimento de suas potencialidades, proporcionando a satisfação de suas necessidades básicas e uma elaboração de possíveis traumas provenientes da ruptura dos primeiros laços afetivos (PEREIRA, 2021).

Costa (2016) nos mostra que as alterações no desenvolvimento cognitivo e emocional dependem de como a criança vai compreender a adoção e isso interfere

no modo como ela vê a si própria e como integra a adoção no seu autoconceito. Nesse sentido, a criança deixa de lado a imagem de um processo idealizado e cheio de fantasias e passa a ter a visão mais realista e complexa. Ter sido adotada não significa apenas ter ganho uma família, mas significa, simultaneamente, ter perdido outra, isto é, não só significa ter sido “escolhida” pelos pais adotivos, como sugere o abandono pelos pais biológicos. Os pais enfrentam um grande desafio de reformulação destes sentimentos, ao passo que as crianças começam a compreender o que é a adoção e o que significa ser adotada. A experiência de perda vai desaparecendo, surgindo a necessidade de integrar, para uma vivência positiva deste processo.

De acordo com Costa e Campos (2003), eles indicam que as famílias adotantes têm como principais motivações para adotar um filho, a impossibilidade de gerar filhos biológicos e o desejo de exercer a maternidade e paternidade. Existem também outras motivações, como preencher a solidão; proporcionar companhia a outro filho; substituir um filho falecido; o desejo de ter filhos quando já se passou da idade em que isto é provável biologicamente; o contato com uma criança que desperta o desejo da maternidade ou paternidade; o parentesco com os pais biológicos que não possuem condições de cuidar da criança; por parte de homens e mulheres que não possuem um parceiro amoroso; o desejo de ter filhos, sem ter de passar por todo um processo de gravidez; por não sentir vontade ou até por razões estéticas. As motivações que levam ao desejo de adotar são consideradas legítimas quando acompanhadas da vontade de exercer a parentalidade. É necessária clareza por parte dos adotantes sobre os reais motivos da adoção e se faz necessário também proporcionar o surgimento de uma família como unidade, com abertura plena para as diferenças e para o desconhecido (PEREIRA, 2021).

A escolha de uma criança com um perfil específico pode criar expectativa de como o seu filho ideal deveria ser, priorizando cor de pele, ausência ou presença de deficiência, estado de saúde ou idade. Baseado na ideia de influência hereditária, algumas famílias podem acreditar que o indivíduo carregue consigo uma má índole (PEREIRA 2021). Costa e Campos (2003) nos lembram que é notório como a busca por adoções clássicas ainda predomina, tendo em vista a maior procura por crianças brancas, semelhantes fisicamente aos adotantes, recém-nascidas/bebês e saudáveis. Os autores apontam também para uma maior procura por crianças do

sexo feminino, em decorrência dos estereótipos culturais de gênero que relacionam o sexo feminino à docilidade, à beleza e à domesticidade. À medida que a criança fica mais velha e/ou quando a criança tem problemas de saúde ou possui alguma deficiência, suas chances para adoção diminuem bastante.

É importante ressaltar que as crianças e os adolescentes tem sido fragilizado por alguns aspectos, como, por exemplo, as questões socioeconômicas, o processo de estigmatização, exclusão e também marginalização por conta de uma cultura favorece a adoção de crianças recém-nascidas. Com isso, a adoção está implicada por preconceitos que se expressam por meio de certas crenças, medos, inseguranças, entre outros. Segundo Guimarães (2022), preconceitos também podem surgir na prática da adoção por casais homoafetivos, caracterizada pela luta por reconhecimento e legitimidade no cenário adotivo brasileiro. A presente pesquisa nos revela que as famílias que optam pela adoção, geralmente tem preferencias pelos recém-nascidos ou crianças com idade bem menor.

Silva (2009), sugere que é possível identificar que os argumentos das famílias adotantes quanto à preferência por bebês recém-nascidos ou crianças menores estão relacionados ao manejo, ou seja, o cuidado com os mesmos seria mais fácil. A adaptação também é usada como um argumento, mas, na verdade, é muito mais uma vontade de que as crianças não se lembrem do seu passado, construindo então uma história a partir dos cuidados e da convivência desde muito pequenas com a família adotante.

Estudar adoção nos ocasiona uma compreensão mais ampliada do que é família, ultrapassando a concepção do senso comum que a entende como laços de sangue. Por outro lado, não podemos desconsiderar as diversas mudanças historicamente ocorridas na configuração familiar. Dessa forma, há uma necessidade de que a sociedade esteja mais preparada para lidar com as diversas possibilidades de se constituir família. Nas situações de adoção monoparental, se tratando de mães ou pais solteiros, como também de adoção tardia, existe o peso do preconceito, principalmente em relação à aceitação do sistema familiar e à criação de estratégias para lidar com as experiências de sofrimento trazidas pelo adotante. Sobre adoção feita por pais solteiros, conclui que não existe nenhuma evidência de problema em relação a essas famílias (SANTOS *et al*, 2011).

A experiência da adoção tardia é um dos assuntos que consideramos importante, pois pode ser compreendida de duas formas, quando as crianças são abandonadas bebês e ficam muito tempo aguardando para serem adotadas, como também quando são abandonadas mais velhas. Desta maneira, quando as crianças são abandonadas mais velhas, trata-se de uma forma de adoção, no qual, são abandonadas tardiamente pela mãe por motivos pessoais, ou que são retiradas de seus pais pelo poder judiciário. Elas sofrem profundamente por essa ruptura com a família, dificultando a aceitação de outra família. É importante ressaltar que as crianças adotadas tardiamente relacionam muitas vezes as suas necessidades prematuras de segurança, ligação e afeto frustradas devido a adversidades na sua família de origem, por uma história de rejeição ou abandono e pelas vivências no contexto institucional, quando passam por abrigos. Estas crianças podem ter desenvolvido condutas resultantes da adaptação à sua história de vida, onde conseqüente e será dificilmente estabelecido um relacionamento estável, duradouro e seguro com a família adotante (VARGAS, 2006).

Silva (2009) nos mostra que alguns autores, como Vargas (1998) e Weber (1998), usam o termo “adoção tardia” para denominar crianças maiores de 2 anos. Desta forma, para estes autores a criança maior seria aquela que não é mais um bebê, ou seja, já são independentes no que diz respeito às suas necessidades básicas. Consideram ainda que crianças com até três anos seria o limite em termos de adoção tardia e também a adoção precoce.

Podemos concluir que, de qualquer maneira, a adoção é uma experiência singular tanto para a criança como para os pais e todos vão vivenciar desafios de formas distintas. Nesta sessão foi possível analisarmos a experiência da adoção contextualizando de maneira breve os seus desafios e as suas especificidades. A partir do conhecimento adquirido até aqui, na próxima sessão iremos compreender o significado de subjetividade para que a partir disto possamos problematizar as repercussões da experiência de adoção na subjetividade das crianças.

5 Adoção – nunca estamos prontos

Antes de problematizarmos as repercussões que a experiência da adoção causa na subjetividade da criança, precisamos compreender primeiro o que seria

essa subjetividade que iremos abordar agora em diante. Segundo o Dicionário Online de Português – Dicio, a palavra subjetivo é um adjetivo relativo a sujeito, sendo uma característica própria, particular e que se separa do concreto. Filho e Martins (2007) contribuem para a definição nos dizendo que até a metade do século passado a subjetividade era compreendida como a essencialidade da interioridade, mas posteriormente ela passa a se tornar um conceito muito utilizado pela psicologia, passando a ser pensada em termos históricos, sociais e políticos como produção de subjetividade que busca dar conta das diferenças, sendo uma maneira de criticar a complexificação da identidade.

Desde o início de nossas discussões é possível observar uma constata tentativa do governo em assumir uma posição de moldar a sociedade, por meio de práticas que contribuam para a normalização da identidade do sujeito, ignorando sua produção de subjetividade. Desta maneira, é necessário que o sujeito consiga romper com o movimento de se repetir e de ser idêntico ao que a lei, a norma e a moral ditam; o que exige do mesmo um posicionamento crítico e resistente a uma certa “política das identidades”. Podemos dizer, então, que a subjetividade é necessária por não se opor ao critério de objetividade, fazendo com que haja a produção do conhecimento de um núcleo da consciência, da personalidade e da identidade do sujeito, o que permite distinguir uns dos outros (FILHO; MARTINS, 2007).

Schunck (2022) irá contribuir nos afirmando que a criança, na atualidade, se vive a máxima da construção do sujeito dessubjetivado, pelo fato de assumirem atributos progressivamente mais fragmentados, alternando entre a inocência e a falta da mesma; entre a independência e a heteronomia; entre o “vir-a-ser” e o “ser”. Ou seja, uma realidade onde a criança como ser sujeito continua sendo negada em suas particularidades, compreendendo que a subjetividade infantil está cada vez mais comprometida. Desta forma, a autora explicita seus pressupostos:

Pois se na modernidade a criança se via aprisionada a um eterno, devir que a negava em sua concretude histórica, hoje, elas se veem cada vez mais subjugadas pela criação de necessidades que as situam ao mesmo tempo, como consumidoras e como objetos a serem consumidos (SCHUNCK, 2022, p.8).

A partir deste momento, se faz importante olhar cada indivíduo com sua singularidade, com sua diversidade e com uma multiplicidade de formas de existir,

considerando suas bagagens históricas distintas. Para que isso seja possível de acontecer, é necessário haver uma desconstrução, ou seja, que deixemos de lado os nossos julgamentos e achismos, como também a ideia de um padrão do que o outro deve ser. (FILHO; MARTINS, 2007).

Ao narrarem suas fantasias, medos, desejos e esperanças, as crianças não apenas nos falam do mundo, como também, nos ajudam a olhá-la em outra perspectiva. Desta forma, como descrito por Briani (2008) é necessário haver uma desconstrução em relação a pensamentos generalistas de que, o processo da adoção causa muitos danos ao desenvolvimento da criança, sendo que não podemos atribuir todos os danos unicamente ao fato da experiência da adoção. É necessário compreender que há muitos elementos envolvidos na experiência de uma criança adotada, como em quais condições ocorreu a adoção, quais os valores que esta criança traz consigo, quais são as suas vivências e suas formas de lidar com elas e quais os recursos subjetivos que criança e familiares possuem para lidarem com os impasses de todo esse processo bem como com as frustrações. A partir de tais aspectos, iremos problematizar a repercussão da experiência de adoção na subjetividade da criança.

Na visão de Briani (2008) não podemos deixar de considerar que sim, a criança passa por um sofrimento com a sua chegada à adoção pelo fato da separação que ocorre com seus pais biológicos. A quebra do elo da criança até mesmo recém-nascida com sua família de origem contribui para a criação de fantasias inconscientes de culpa, o que segundo Silva (2022) está muito ligada ao abandono, a onipotência, a angústias e as culpas que a mesma internaliza, fazendo com que acredite que fez algo que motivou o afastamento dos pais biológicos. Estas fantasias podem ocasionar um sentimento de incapacidade de ser amado por alguém, como também sentimento de não pertencimento e de baixa autoestima, o que é um risco para saúde mental, podendo gerar como consequência ainda na infância sintomas psicológicos de mecanismos de defesas como, a repressão, a privação, o deslocamento e a negação de afetos. A criança que passa por esse processo vivencia uma dificuldade na construção da base de sua subjetividade devido ao vínculo que ela precisa ter com o adulto – seus pais. Essa situação faz com que a mesma comece a gerar perguntas do tipo, "Por que comigo?" (BRIANI, 2008).

Em situações nas quais a criança adotada se encontra na instituição pode ocorrer a síndrome da pós-institucionalização, que os autores Baptista, Soares e Henriques (2013) apontam como a dificuldades que persistem após a adoção devido às experiências em contexto institucional que contribuem para comportamentos atípicos, estereotipados, comportamentos perturbados de apego e de falta de atenção. Os autores também contribuem nos dizendo que a criança em instituição ou não pode sofrer de “perturbação reativa de vínculos”, por um histórico de cuidados patogênicos em relação a três aspectos, sendo eles, a negligência permanente das necessidades básicas emocionais e físicas, como também por repetitivas mudanças da pessoa que cuida desta criança, o que impede a formação de vínculos estáveis. Essa perturbação pode ocorrer antes dos cinco anos e gera um processo difícil e perturbado na forma como a criança irá estabelecer suas relações sociais (BAPTISTA; SOARES; HENRIQUES, 2012).

A vida no abrigo interfere significativamente na produção de sentidos dos sujeitos ali presentes, devido a episódios causados por regras que compõem as instituições totais, que inclui a exclusão, por exemplo, da experiência de escolha; da comida (sendo obrigados a comer até o que não gostam), da hora de tomar banho ou dormir, das roupas, dos brinquedos e objetos do dia a dia. Trata de experiências que “massificam e prejudicam a emergência de singularidades” (BRAIS; PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p.5). Para Goffman (1961) a instituição total é definida como a construção de barreiras que faz com que ocorra uma ruptura que separam o sujeito de sua relação com a sociedade no mundo externo, no qual, todas as experiências da vida são realizadas no mesmo local e sob uma única autoridade. Essas instituições, tem como características a perda da individualidade e da autonomia em função das regras e do funcionamento coletivo, como também modelando a subjetividade e rotulando a identidade destas crianças como, desvalido, rejeitado e incapaz.

Na busca de compreender o significado da experiência subjetiva vivida por estas crianças é possível por meio de Almeida, Souza e Miranda (2021) trazer sim o outro lado da história e mostrar que, para algumas destas crianças o processo do abrigo é bom, inclusive, algumas preferem viver na instituição, uma vez que vieram de situações de rua, pobreza ou violência. Além disso, as crianças costumam sair com as monitoras para fazerem visitas às famílias biológicas, o que as deixam

bastante animadas e entusiasmadas. Apesar de ser uma instituição com suas regras, elas recebem cuidados dos abrigos e dos profissionais que ali estão. Os autores reforçam que a instituição representará então uma nova rede de apoio para essas crianças, por meio da qual elas terão acesso às suas experiências, sejam elas experiências positivas ou negativas do tratamento e cuidado que receberam na instituição.

No contexto em que a criança já está inserida em uma família adotiva, Silva (2022) afirma que tanto a criança quanto os pais irão enfrentar diversos desafios como, o processo de adaptação, a qualidade do ambiente familiar adotivo, o processo de construção individual, de identidade, de autoconceito da “pessoa” adotada com a própria experiência de ser adotado. Por outro lado, a criança pode ter sobre si uma cobrança sobre a idealização do “filho desejo”, o que pode gerar conflitos difíceis e impacto emocional sobre o mesmo. Entende-se o termo “filho desejo”, quando os pais adotivos idealizam sobre a criança o que sonharam para um filho biológico, o que pode ser um tanto quanto negativo, pois cada criança tem sua singularidade e não cabe a ela suprir as expectativas muitas vezes incisivas que lhes será cobrada.

Em contraposição ao que acabamos de afirmar, os autores Baptista, Soares e Henriques (2013) alegam que quando a inserção na família adotiva é realizada de maneira saudável e efetiva – que é quando a criança consegue retomar seu desenvolvimento – poderá proporcionar oportunidades para a recuperação imediata em diferentes aspectos do funcionamento da criança, como, por exemplo, apresentar um bom nível de crescimento, de ganho de peso e de uma nutrição adequada, como também uma elaboração positiva que possibilite a essa criança a construir em cima desses sentimentos de angústia algo diferente, e a partir disto dar novos significados benéficos a tais vivências.

Consideramos problematizar também a vivência das crianças que são reabandonadas e as implicações acarretadas psicologicamente a elas. De acordo com Pereira (2018), o ato de devolução de crianças entre 5 a 10 anos tem se tornado cada vez mais comum, com a justificativa de que as crianças se tornam agressivas ou que não correspondem ao que os pais adotivos idealizaram ao processo de adoção. Muitas vezes as famílias colocam em pauta comportamentos inadequados enraizados de sua origem biológica. Esse fato é muito prejudicial para

o sujeito, pois, quando se dá início ao processo de adoção, algo como uma esperança de se sentir amada e pertencente novamente a uma família é feito como promessa a esta criança. Quando o laço adotivo falha, faz com que essa criança tenha a capacidade de construir barreiras de defesas ainda maiores, obstruindo a abertura necessária para a criação de novos vínculos futuros, promovendo insegurança, perda de laços afetivos, angústia e inquietação. É comum que, por medo de perder os vínculos já construídos, a criança apresente agressividade física ou verbal.

Ainda dentro do contexto de reabandono Pereira (2018) irá expressar que estas crianças vivenciam psicologicamente o que ela chama de tríplice rejeição. Que consiste em ser rejeitada em três esferas, sendo elas: a rejeição da mãe biológica – independente do motivo que levou a entrega da criança; a sua própria rejeição de não ser aceita em um novo contexto familiar; e a rejeição de não ser aceita pelos pais adotivos. Desta forma, a criança se encontra em uma posição de maior vulnerabilidade do que no início do processo da adoção, pois vivencia mais um abandono, o que faz com que as mesmas reajam com sentimento de medo, raiva, revolta, indignação e insegurança em suas futuras relações.

Retomando o problema dessa pesquisa “Como a experiência da adoção repercute na subjetividade das crianças?”, entendemos que o mesmo foi respondido. A pesquisa revelou diversas formas como as crianças podem vivenciar a experiência da adoção; e percebemos que são várias as possibilidades das mesmas de lidarem com tal experiência, podendo ser de forma espontânea, criativa, fantasiado, autêntico, mas acima de tudo sendo capazes de construir percursos que lhes permitam resistir, no limite do possível, ao processo a que estão expostas (SCHUNCK, 2022).

Diante de todo o contexto possível que essas crianças podem experienciar, segundo Silva et al. (2015) é fundamental o profissional de psicologia frente a este processo, pois é uma ciência que auxiliará a área do Direito, se posicionando como intermediário entre a criança, a instituição, a família e o sistema de justiça, para contribuir nas melhores decisões dos educadores e da equipe jurídica. A mediação realizada pelo psicólogo é de grande importância, pois ele incluirá, em seus relatos, as necessidades de atender e solucionar as demandas constituintes desses sujeitos de direitos através da adoção.

Silva (2022) afirma que o psicólogo deve prestar atendimento aos pretendentes e já adotantes, para promover orientações do processo, desmistificar os mitos e avaliar diversos aspectos. É também característica de seu papel profissional lidar com as condições de adoção, com as crises existentes no ambiente familiar, como também a dor que possivelmente a espera e a incerteza que o processo pode gerar na criança. Além disso, cabe ao referido profissional, poder auxiliar na decisão de informar sobre a adoção para o adotado. Silva et al. (2015) esclarece que, para realizar tais atribuições, é importante ser feito um trabalho que propicie a interlocução de saberes, técnicas e olhares multiprofissionais e interdisciplinares, para que assim seja possível compreender todas as especificidades da aceitação institucional num contexto amplo e abrangente.

6 Considerações finais

Consideramos que o problema de pesquisa foi respondido, visto que a proposta desse artigo foi responder à problemática: “como a experiência da adoção repercute nos processos de subjetivação das crianças?” Durante a pesquisa compreendemos e refletimos que cada criança é uma potência, na qual, possui autonomia para construir de maneira singular a sua subjetividade no processo de adoção. Problematizamos que essa construção não é simples e também não é uniformemente igual para todas as crianças. Por mais que estejam no mesmo processo chamado adoção, cada uma possui histórias, crenças, modelos cognitivos e de enfrentamentos diferentes, fazendo com que a vivência do processo seja totalmente única para cada uma delas. Consequentemente, analisamos que esta experiência repercute de maneira positiva ou negativa em suas subjetividades de maneiras diversas. Percebemos que são várias as possibilidades das mesmas lidarem com essa experiência, ressaltando a capacidade de construir percursos que lhes permitam resistir, no limite do possível, ao processo ao que estão expostas (SCHUNCK, 2022).

Silva (2022) afirma que o psicólogo deve prestar atendimento aos pretendentes e já adotantes, visando promover orientações do processo, desmistificar os mitos e avaliar diversos aspectos. É também característica de seu

papel profissional realizar intervenções no que diz respeito a convivência familiar e a inserção da criança em um novo contexto familiar. Além disso, uma das funções do referido profissional, é poder auxiliar na decisão de informar sobre a adoção para o adotado.

A adoção e o campo da psicologia se interagem pelo fato da psicologia abranger de forma que contribua em diversas áreas, gerando assim um grande impacto em nossas trajetórias como profissionais da psicologia. O estudo nos faz refletir sobre a importância da nossa atuação nesse cenário para contribuir na transformação da realidade do processo de adoção, com o objetivo de que se torne mais leve e saudável, como também na compreensão do indivíduo na sua subjetividade e por último, pelo fato da experiência da adoção ser de extrema importância para o nosso crescimento pessoal.

Consideramos que o tema da adoção permite muitos questionamentos que podem ser mais esclarecidos por meio de novos estudos que explorem e ampliem mais o olhar sobre esse assunto, pois há muitas questões que precisam ser mais exploradas para serem melhoradas na prática, pois as informações e reflexão são reduzidas a um público específico, considerando assim, a importância de levar este conhecimento a sociedade de maneira geral.

7 Referências

ALMEIDA, Fabiane de Amorim; SOUZA, Deborah Ferreira; MIRANDA, Caroline Billet. *A experiência contada pela criança que vive em abrigo por meio do brinquedo terapêutico*. **SciELO**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MdVQkDX5cdsqGXmHXJfKQHC#>. Acesso em: 15 de maio. 2023

BAPTISTA, Joana. SOARES, Isabel. HENRIQUES, Margarida. *O impacto da adoção no desenvolvimento da criança*. **Revista Psicologia**, Portugal, 2012. Disponível em: <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/422/188>. Acesso em: 12 de out. 2023

BAPTISTA, Joana. SOARES, Isabel. HENRIQUES, Margarida. *Recuperação desenvolvimental após a adoção: características da criança e da família adotiva*. **SCIELO**, Portugal, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/szyK9RkQWKLfFKQ7ZtjY9Qt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 de out. de 2023.

BRAIS, Daniela Maiara; PEREIRA, Erica Aparecida; RODRIGUES, Ligia Adriana. *A Vivência Institucional e o processo de Subjetivação da Criança em Abrigo*. **Encontro Regional de História**, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/.28/1400540050_ARQUIVO_ARTIGOSIMPOSIODANIERICA20000.pdf. Acesso em: 20 de maio. 2023

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em: 06 de out. 2023

BRIANI, Ana Cristina Texeira. *A Subjetividade na Adoção: Um Pequeno Ensaio*. **Revista Contemporânea**, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.revistacontemporanea.org.br/revistacontemporaneaanterior/site/wp-content/artigos/artigo187.pdf>. Acesso em: 15 de maio. 2023

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *O Fio e a Trama: as crianças nas malhas do poder*. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, out. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/50778/31639>. Acesso em: 05 de abr. 2023

CECCIM, Ricardo Burg. PALOMBINI, *Analice de Lima. Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado*. **SciELO**, Rio Grande do Norte, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/C7q7MLNhgBcgrGxkzgjRWJx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CARRARA, Isabela Sibin; SOUZA, Vânia de Fátima Matias de. *O conceito de infância na atualidade: indicativos na escola e nas políticas públicas*. **UEM**, Maringá, 2018. Disponível em: http://www.dfe.uem.br/tcc-2018/isabela_sibin_carrara-1.pdf. Acesso em: 01 de set. 2023

COSTA, Liana Fortunato. CAMPOS, Niva Maria Vasques. *A Avaliação Psicossocial no Contexto da Adoção: Vivências das Famílias Adotantes*. **SciELO**, Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/CW3myH96fRxD7qH5mpGZcNR/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 17 set. 2023

COSTA, Sofia Manuela B. S.. *Preditores do (des)ajustamento psicológico em crianças adotadas: experiências de adoção e autopercepção de habilidades sociais*. U.Porto – Repositório Aberto, Porto, 2016. Disponível em: <https://repositorio.aberto.up.pt/bitstream/10216/86703/2/166781.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023

FILHO, Kleber Prado. MARTINS, Simone. *A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s)*. Redalyc, Santa Catarina, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3093/309326376003.pdf>. Acesso em: 16 de maio. 2023

GOFFIMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. **SciELO**, Santa Catarina, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/#>. Acesso em: 09 de nov. 2023

MARCELLO, Fabiana de Amorim. *Infância-Esquecimento, Infância-Viagem: Foucault e a ética da pesquisa com crianças*. **Currículos sem Fronteiras**, Rio Grande do Sul, abr. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/Haysla/TCC%20ADO%C3%87%C3%83O/textos%20utilizados%20para%20conceito%20de%20infancia/Inf%C3%A2ncia%20esquecimento%20Foucault%20e%20a%20%C3%A9tica%20da%20pesquisa%20com%20crian%C3%A7as.pdf>. Acesso em: 04 de abr. 2023

PEREIRA, Kayla Susanna Rubem. *Devolução nos processos de adoção: possíveis impactos psicossociais para a criança reabandonada*. **UFMA**, Maranhão, 2018. Disponível em: <https://rosario.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/2336/1/Kayala%20Susanna.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2023

PEREIRA, Veronica aparecida. *Parentalidade: Adotiva, estudos dialogos e reflexões*. **ResearchGate**, Curitiba, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rogério-Andrade-3/publication/350075583_Aspectos_legais_e_motivacionais_da_adocao/links/604fd1caa6fdccbfeae1bf9e/Aspectos-legais-e-motivacionais-da-adocao.pdf#page=111. Acesso em: 16 de set. 2023

PIOVESAN, Armando. TEMPORINI, Edméa Rita. *Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para estudo de fatores humanos no campo de saúde pública*. **SciELO**, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/ff44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/?format=html#>. Acesso em: 09 de nov. 2023

SANTOS, Carina Pessoa *et al.* *Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência*. **Psicologia: Teoria e Prática**, Recife, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1938/193821393007.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023

SANTOS, Juliara Dias dos; MOLINA, Adão Aparecido. *Infância e história: a criança na modernidade e na contemporaneidade*. **Revista Travessia**, Cascavel, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Dialnet-InfanciaEHistoria-8093315.pdf>. Acessado em: 01 de set. 2023

SCHUNCK, Lucilene Costa Pisaneschi. *Indústria cultural e reificação: a subjetividade infantil em foco*. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 60, p. e13627, 2022. DOI: 10.5585/eccos.n60.13627. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/13627>. Acesso em: 18 out. 2023.

SILVA, Christie Dinon Lourenço da *et al.* *A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários*. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 55-65, jun. 2015. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 out. 2023.

SILVA, Jaqueline Araujo. *Adoção de crianças maiores: Percepções e Vivências dos Adotados*. **PUC MINAS**, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Psicologia_SilvaJA_1.pdf. Acesso em: 15 de set.2023

SILVA, Julyete do Nascimento. *Laços de adoção: os impactos jurídicos e psicológicos para adotante e adotado*. **Universidade Digital, Alagoas**, 2022. Disponível em: <https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/4284>. Acesso em 10 de out. 2023.

SILVA, Leidiane Pereira da. *Educação da infância no contexto contemporâneo: um diálogo com Theodor Adorno*. **TEDE**, Goiás, Goiânia. 2022. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/4850/2/Leidiane%20Pereira%20da%20Silva.pdf>. Acessado em: 02 de set. 2023

SOUZA, Isadora Silva Mendes de; CARVALHO, Janaina Nogueira Maia. *CRIANÇA/S E INFÂNCIA/S: a Sociologia da Infância e suas ações cotidianas*. **UFMS**, Mato Grosso do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/5927/1/TCC%20-%20Isadora%20Silva%20Mendes%20de%20Sousa.pdf>. Acessado em: 02 de set. 2023

SOUZA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. *A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos*. **FUCAMP**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/2336-Texto%20do%20Artigo-8432-1-10-20210308.pdf>

SUBJETIVIDADE. *In*: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/subjetivo/>. Acesso em: 14 de set. 2023

TOMÁS, Catarina. *As culturas da infância na educação de infância: um olhar a partir dos direitos da criança*. **Revista Interações**, [S. l.], v. 10, n. 32, 2015. DOI: 10.25755/int.6352. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/6352>. Acesso em: 15 abr. 2023.

VARGAS, Marlizate Maldonato. *A adoção tardia da infância: da família sonhada da família possível*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. Ebook. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=6yOWdUj4RV4C&oi=fnd&pg=PA17&dq=experiencia+da+ado%C3%A7%C3%A3o&ots=9LD44xbJjg&sig=FJKqrOarPnnXyrsUDNmNXi8A6gY#v=onepage&q=experiencia%20da%20ado%C3%A7%C3%A3o&f=false>. Acesso em: 17 set. 2023.